

De Mãe de Jesus, dito “O Cristo”, a Rainha do Céu

Muitas culturas humanas têm personificado o potencial criador e fertilizante da Terra em entidades divinas, quase sempre femininas, denominadas “mães-terra” ou “deusas-mães” e encaradas numa dimensão essencialmente panteísta.

Divindades femininas avultavam no Médio Oriente, no Egipto, na Mesopotâmia e na Ásia Menor. Na Frígia e na Grécia. Entre os celtas e os germanos.

Na verdade, os panteões mitológicos refletem as sociedades donde emanam; em que divindades masculinas e femininas dividem poderes e competências e, nalguns deles, é visível a predominância de uma entidade matriarcal, holística e fertilizante, ligada à terra e à agricultura: mãe que alimenta e, alimentando, cria e desenvolve. Todas elas, de alguma forma, facetas etno-culturais da mesma Grande Deusa.

A emergência dos grandes impérios euro-asiáticos (como o romano, o hitita, o macedónio, o persa, o babilónico, o egípcio ou o assírio), irá fazer alterar este estado de coisas, incrementando gradualmente a importância dos deuses masculinos; guerreiros e heróis, quantas vezes, originalmente, semideuses.

Deste modo, a grande Deusa-mãe encontrará em novas divindades (masculinas e femininas) as suas sucessoras naturais.

Nas deusas do trigo, das sementeiras, da fluorescência ou da agricultura, se exprimirão funções e funcionalidades mais específicas e operativas. Em poderosos deuses celestes (olímpicos, na cultura helenística) pais e patriarcas, criadores do mundo (quantas vezes identificados com o sol, o trovão, o mar e o céu) se expressarão potenciais bélicos e dominadores.

Nalguns deuses masculinos se virão, ainda, a reconhecer, com o tempo, não só antagonistas como, igualmente, cônjuges, filhos e (ou) amantes. À semelhança da egípcia Ísis, a síria e fenícia Astarte, a frígia Cibele, a sumérica e babilónica Istar³ (e, até com Maria), cujas vivências se relacionam, precisamente, com filhos e/ou amantes que morrem pela salvação da humanidade⁴ e ressuscitam, muitas vezes, ao terceiro dia.

Deuses, esses, que no contexto da universalização e miscigenação imperial, emanada do cadinho sincrético teo-filosófico helenístico e oriental que a paz romana permitiu, se hão-de, aliás, universalizar e, uns mais, outros menos, perderem gradualmente os caracteres étnicos e nacionais. Destinados a assumir a natureza de salvadores do mundo, traçam e mostram o percurso soteriológico e fazem-se sacrificar como modelo exemplar e redentor.

Neste contexto, os últimos milénios do mundo mediterrâneo, hão-de ver a mulher passar a ser encarada como causa primeva do mal; pela sua suposta fraqueza, inconstância ou rebeldia. O seu estatuto (social e mitológico), sente-se diminuir desde os tempos homéricos. Entre os gregos é Pandora que, ao levantar a tampa do vaso (ou caixa), permite que os males se espalhem pelo mundo. Ela é, portanto, a introdutora do mal; tal como Eva entre os cristãos.

Concomitantemente com o declínio das “grandes-deusas”, consubstanciadoras das valências criadoras em sociedades predominantemente agrícolas, a Este do Mediterrâneo desenvolver-se-ão sociedades dotadas de mitologias organicamente

masculinas (judaicas e islâmicas) próprias de povos pastores⁵ que, influenciados por experiências prototípicas verificadas no vizinho Egito, irão evoluir para processos de concentração de multivalências divinas em potestades teístas, únicas e absolutas.

Deuses nacionais, criadores, onnipotentes, exclusivistas na obediência exigida. Deuses étnicos (próprios de uma etnia ou grupo cultural) não ligados inicialmente a um território, próprios de povos nômadas, pastores, artesãos e mercadores, emanações que são de sociedades essencialmente patriarcais.

Mais que monoteístas, dualistas em maior ou menor grau: na lógica emanante do combate perpétuo entre o bem e o mal. Mas, um dualismo masculino e masculinizante, convenhamos.

O paraíso perdido

Neste sentido, debruçemo-nos sobre o exemplo paradigmático do conhecido episódio mítico que, na tradição judaico-cristã, consagra o estatuto da mulher e do homem. Mito sagrado, por definição, logo, naturalmente, inquestionável.

É uma parte da tradição religiosa dos Hebreus; que hoje consideramos bíblica. Povo nômada e pastor, de contornos sociais fortemente patriarcais, a história sagrada que veiculam, explica o mundo tal como era visto pelo, já nessa altura, autodenominado, “povo escolhido”.

Lembremos que, nas culturas arcaicas, o mito exerce uma função exemplar. Exprime, realça e codifica as crenças, salvaguardando os princípios morais e impondo-os, garantindo a eficácia das cerimónias rituais e fornecendo regras práticas para uso do Homem. Mas, mais importante ainda, os mitos revelam que o Mundo e o Homem têm uma origem sagrada, e mostram-nos como isso é importante como modelo primevo de referência. Tornam, assim, o mundo familiar, inteligível e, de alguma maneira, transparente!

Neste, em particular, a mulher é a vilã, que trai e arrasta o homem num intemporal processo de desobediência, justificando assim todo um interminável percurso de estigmatização e sujeição, na família e na sociedade.

E, como todos os mitos, também este é acrónico, remetendo para o inevitável “era uma vez:” Adão e Eva viviam felizes no Paraíso. Consta!

Mas como não há bela sem senão, estavam proibidos de comerem os frutos de uma certa árvore (a “árvore da ciência do bem e do mal”), interdita por Deus, sob pena de serem castigados com a morte.

Ora a mulher relaciona-se com a “Serpente” (símbolo do conhecimento, que o renascimento cíclico proporciona) e esta convence-a a desobedecer à determinação divina. Para isso promete-lhe: “*No dia em que o comerdes {o fruto, claro} abrir-se-ão os olhos e sereis como Deus; ficareis a conhecer o bem e o mal*”.

Eles assim fizeram e, após comerem, aperceberam-se que estavam nus. Por tal se esconderam e, só assim, Deus (na altura, pelos vistos, pouco omnisciente), soube que eles tinham pecado.

Face a tal, o Criador, na sua qualidade de ofendido e vingador, irá distribuir castigos conforme a intensidade das respectivas culpas. Condenará a serpente a rastejar e a

mulher a ser subordinada do homem, possuir uma sistemática concupiscência e sofrer as dores de parto. O homem, a trabalhar e sofrer para ganhar a vida.

Como todos os mitos, este explica aos hebreus porquê, o mundo, é como é!

Consagra o seu sistema de valores, estrutura social e familiar, meio ambiente envolvente e remete-os para uma origem primordial e divina, logo legitimada pelo sagrado.

Constitui, assim, um modelo explicativo do real.

Mas adverte, também, para o perigo do Homem querer ser como Deus! Para o perigo de perseguir o conhecimento para lá dos estritos limites por ele impostos. Para o perigo de passar a discernir o bem do mal e passar a decidir de forma autónoma da orientação divina.

Apesar da “serpente”, afinal, não ter mentido!

Já que Eva e Adão ficaram efetivamente com a capacidade de distinguir o bem do mal. Por isso se aperceberam de que estavam nus e que, isso, era motivo de vergonha. Por isso, se esconderam⁶.

Também não mentiu quando, contrariando a ameaça de Deus, lhes disse: “*Podeis estar seguros que não morrereis*”⁷. E, de facto, não morreram!

A desobediência alterou, contudo, o estado de graça inconsciente em que o Homem vivia! Sem princípios morais, sem dúvidas, sem anseios, sem inquietações!

Expulso, irá ser forçado a enfrentar o Mundo e, naturalmente, irá sofrer. Tornar-se-á vulnerável, sujeito às intempéries, à fome e à sede.

Poder-se-á dizer, contudo, que o chamado “pecado original”, causador da denominada “queda”, constituiu, afinal, uma etapa essencial do processo de afirmação do Homem enquanto ser autónomo e inteligente. Compreendendo as coisas que o rodeiam e enfrentando-as, num mundo naturalmente duro e hostil. Criando, assim, pela pressão do meio, as condições de evolução que o tornarão dominante na Terra.

Deste modo, a própria “serpente”, deve ser vista mais como Prometeu, de que como Pandora.

Seja como for, este mito constitui um exemplo paradigmático de consagração primeva de um estatuto socio-cultural feminino subordinado e pouco fiável⁸. Manifestação de uma ancestral desconfiança masculina face ao monopólio concetivo da mulher. Que o homem, há milénios, de uma forma ou doutra, tem procurado controlar.

Só os deuses são filhos das virgens

Desde sempre os deuses tiveram como hábito, mais ou menos sistemático, misturarem-se nos assuntos humanos (humanos cuja adoração constitui, afinal, a razão última da sua existência) muitas vezes, para isso, tendo de encarnar num corpo já existente ou criando, para isso, o próprio corpo; entenda-se nascendo por meios diversos como qualquer mortal e partilhando, deste modo, parcial e temporariamente, da natureza humana.

Um pouco por todo o Mediterrâneo tais deuses são, muitas vezes, filhos de virgens. Virgens, que na sua relação com uma divindade transmorfa, engravidam e dão à luz filhos prodigiosos: meio-humanos, meio-deuses, intermediários por excelência entre as duas realidades existenciais. Salvadores, redentores, remissores dos erros humanos.

Podemos dizer que o episódio mítico paradigmático, mais comum naqueles tempos em que se iniciou a, assim chamada, Era Cristã, assenta na seguinte configuração: uma

virgem concebe, algumas vezes sem conhecer a identidade do pai. O filho nasce miraculosamente, cresce para ser o “salvador”: revelando, assim, de alguma forma, a sua origem. Nalguns casos é morto e, posteriormente (após um período de tempo simbólico), ressuscita.

Aliás, Zeus, constitui a fonte greco-latina maior de tais episódios, muitos deles pouco recomendáveis. Pai dos deuses, num sentido em grande parte literal, comporta-se como um potentado terreno deitando o olho às beldades divinas ou humanas (especialmente rainhas ou princesas), nas suas famosas e inúmeras facadas no matrimónio, que constituem uma das temáticas recorrentes da mitologia helénica. Disfarçado de cisne, seduz Leda, daí nascendo a maravilhosa Helena que há-de vir a ser de Tróia. Disfarçado de Touro, seduz Europa, filha do rei de Tiro.

Assim (para só falar da tradição mediterrânea) Hércules é semideus: filho predileto de Zeus e de Alcmena esposa do general Anfitrião. Perseu é filho do dito e da sua amada Dânae, filha do rei de Argos. Alexandre terá sido concebido quando a sua mãe Olímpia recebeu, igualmente, a visita de Zeus.

A imaculada conceição de Maria (leia-se o ato em que esta foi “concebida sem pecado”) resulta, afinal, do abraço e beijo cerimonial com que Joaquim e Ana se cumprimentaram.

Virgindade e potencial

Sendo o ato de gerar novas vidas o mais importante potencial à disposição do Homem (algo que, de alguma maneira, nos aproxima dos deuses) e constituindo, este, uma capacidade exclusivamente feminina, à singular decisão (voluntária ou não), de abdicação do mesmo corresponde, naturalmente, um crédito significativo, susceptível de ser, até, canalizado para outros fins.

Abdicar do poder da criação, concentrará assim, nas mulheres, como que um acumular energético que as diversas culturas e mitologias encaram de forma naturalmente diferenciada mas, igualmente, determinante.

No mundo mediterrâneo, o sacrifício de virgens constituía, muitas vezes, o clímax do processo sacrificial. Quando a fidelidade de Jacob a Deus foi posta à prova, é-lhe pedido que sacrifique o seu filho adolescente; Isaac. Quando o empreendimento de Tróia corre o risco iminente de fracassar, os deuses exigem, de Agamemnon, o sacrifício de sua filha, Efigénia!

À semelhança, ainda hoje, do tantrismo, a sexualidade reprimida tem sido encarada como fonte potencial de grande energia; não só bélica como, naturalmente, fertilizante.

As virgens transformam-se, então, em insuperáveis caçadoras como Artemisa⁹ ou Diana ou, mais frequentemente, em guerreiras como as famosas amazonas ou as não menos famosas valquírias. Ou, ainda, como a helénica Athena, a hindu Durga, a escandinava Freya, a céltica Epona, a suméria Inana, a babilónica Ishtar ou, até, Joana d’Arc, de uma mitologia cristã bem mais recente.

Na mitologia europeia arcaica, as virgens enfrentam e combatem os monstros do caos, da desordem, da esterilidade (quase sempre serpentes e dragões) que dominam e

amansam. Como Santa Marta ou as, cada vez mais numerosas, divindades marianas, ainda hoje representadas tradicionalmente pisando reptilianas cabeças.

Como potenciais de fertilidade, suspensos mas latentes, as virgens podem até reforçar o carácter fertilizante das deusas-mães de que partilham simbióticas valências. Tornam-se deusas do amor e da fertilidade da natureza.

Daí os sacrifícios que se faziam em muitas culturas imolando-se virgens, quase sempre raparigas, para fomentar a fertilidade de campos e sementeiras.

São as virgens, afinal, as únicas que podem capturar os unicórnios; criaturas mitológicas do imaginário popular europeu. E até Drácula, mito moderno necrófilo e transmorfo, se alimentava, como se sabe, exclusivamente de sangue de virgens.

Virgem mulher num mundo de homens

A vitória do cristianismo e a sua penetração coerciva nos territórios imperiais, dotados até aí de uma cosmovisão naturalista e naturalmente politeísta (que o efeito da romanização de alguma forma homogeneizou e, com a qual, a mitologia germânica de implantação recente, se fundiu sincreticamente), constituiu como que uma solução contranatura que, porém, o universalismo doutrinário e a estrutura de poder em que assentava, tornaram gradualmente dominante.

Possuidor de uma matriz tendencialmente monoteísta, a sua teologia configura a realidade mitológica hebraica que a gerou, apesar dos condicionalismos multiculturais da diáspora. Deus onipotente, guerreiro e vingativo, exigindo uma adoração total e estabelecendo com os homens (não com as mulheres) alianças renováveis ou reatualizáveis que, mais não são afinal, que renovações de contratos interrompidos a cada período de desvio do povo face às orientações divinas.

Na tradição judaica, embora a reprodução (consubstanciada no imperativo divino “*amai-vos e multiplicai-vos*”) seja de alguma forma sacralizada, a mulher era, na verdade, vista essencialmente como elemento reprodutor.

Afinal, já os essênios rejeitavam linearmente os prazeres e desdenhavam do casamento. No Apocalipse, em que os 144.000 justos resgatados são apresentados como virgens, é dito, literalmente, que os mesmos, “*não foram manchados pelas mulheres*¹⁰”.

Tal matriz (que as religiões muçulmanas hão-de, alguns séculos depois, partilhar) reserva assim um papel secundário às mulheres, encaradas essencialmente como incubadoras. O mesmo há-de transitar naturalmente para o cristianismo e impregnar, de algum modo, o mundo romano (entenda-se, a Europa) forçando a mulher a uma subalternidade maior que a existente até aí.

Paulo de Tarso que fundamenta tal subalternidade na ordenação hierárquica da criação e na transgressão da mulher diz-nos, ainda, que a mesma será, contudo, “*salva pela sua maternidade (desde que) preserve na fé, no amor e no recato*¹¹”.

Poder-se-á dizer, assim, que é o seu papel insubstituível na concepção (de que nenhuma sociedade pode abdicar) que de alguma forma lhe vale. Embora, tal não impeça uma remissão perpétua feita de espontânea submissão.

No século V, Agostinho há-de ser, ainda, mais claro: “*Homem, tu és o senhor, a mulher tua escrava: foi Deus que o quis. Sim, as vossas mulheres são vossas servidoras e vós sois os senhores das vossas mulheres*¹²”.

E assim continuará, apresentando, às vezes, variações valorativas, nunca contudo suficientes para obstar, significativamente, à matriz desigualitária.

A própria Igreja perpetuará tais pressupostos, que os tempos modernos hão-de ver chegar até si e, só muito recentemente, ser informalmente atenuados. Em 1940, Pio XII era, ainda, bem claro: *“que elas não escutem as vozes enganosas que as dizem iguais (...) aos seus maridos. O próprio Deus quis esta dependência das mulheres¹³”*.

Apesar de, paradoxalmente, Jesus não desprezar as mulheres, nisso se afastando da tradição judaica. Cura-as de males do corpo e do espírito, mostra-lhes amizade, fala frequentemente com elas.

“Acompanham-no os doze e algumas mulheres que tinham sido curadas de espíritos malignos e de enfermidades. Maria, chamada Madalena (...) Joana mulher de Cuza, administrador de Herodes, Susana e, muitas outras, que os serviam com os seus bens¹⁴”.

Respeita-as e valoriza-as, muitas vezes provocando até estranhezas, senão engulhos, naqueles que o rodeiam. Não ocupam, é certo, um estatuto equivalente ao dos apóstolos, mas estão longe de serem meras criadas.

Estão presentes na crucificação, quando quase todos os apóstolos se escondem com medo. São as primeiras e vê-lo, depois de ressuscitado!

Afinal, Jesus é judeu: dificilmente poderia ir mais longe!

Muito provavelmente, Jesus foi casado. Apesar de filtrada, como toda a tradição bíblica (especialmente a canónica), a relação com Madalena parece bem mais que simples amizade.

Não obstante, nos primeiros tempos da Era Cristã, correspondentes ao período de construção mitológica, configurativa e doutrinária (em que o próprio exemplo de Jesus vai ser, de alguma forma, reformulado), todas as entidades consubstanciadoras de um panteão em consolidação, são exclusivamente masculinas.

A proliferação de seitas cristãs no mundo romano dos séculos II a V, principalmente, pouco há-de alterar de tal misoginia. Os padres, bispos e personagens afins, cujas discussões hão-de permitir por sucessivas depurações a ascensão da “Grande Igreja”, são inevitavelmente homens: Tertuliano, Orígenes, Clemente de Alexandria, Epifânio, Agostinho, Eusébio, Jerónimo, Ambrósio, Ireneu de Lião, João Crisóstomo, etc.,...

A valência holística feminina, avatar da terra-mãe e expressando-se em divindades telúricas, vai ter de esperar por melhores dias.

A apologia da castidade

A misoginia judaico-cristã impregnadora de uma estrutural desvalorização das mulheres, de que Paulo de Tarso (como vimos) será pioneiro, desenvolve-se numa atitude inicial de desaconselhamento do casamento como algo, de alguma forma inadequado e não recomendável. Mesmo que aquelas se submetam (como considera natural) aos maridos.

Porque, argumenta, *“o homem é o seu chefe²⁰”* e, de uma forma mais explícita, porque, afinal, *“não é o homem que vem da mulher, mas a mulher que vem do homem”*.

A razão, pragmática, é sustentada no argumento de que “*quem não é casado, cuida das coisas do Senhor e, quem é casado, cuida das coisas do mundo*”²¹.

Deste modo, mais que um libelo contra as relações sexuais que o tempo há-de tornar abomináveis, manifesta-se aqui, essencialmente, um repúdio do casamento (de virgens e não virgens), visto este como uma porta aberta para desejos e motivações que distraem os homens dos superiores interesses divinos.

A virgindade não é, ainda, formalmente um desígnio, mas sim uma funcionalidade aconselhável, quiçá determinante, no desiderato soteriológico. Não admira, contudo, que já desse tempo nos cheguem indícios da existência de grupos de virgens consagradas a Deus que mereceram, aliás, os mais rasgados elogios de Justino O Mártir, Cipriano e Tertuliano.

Cipriano, por exemplo, que se inscrevia entre os bispos tidos como “*directores de continência*”, exultava (na primeira metade do século III) com o elevado número de virgens que existiam entre os cristãos. Na verdade, os tratados acerca da virgindade são já, neste tempo, literatura corrente.

Na verdade, nos primeiros séculos da era cristã, o ideal estóico que advogava o controlo e domínio sobre nós próprios (sobre os prazeres, apetites e paixões) encontrava-se em franca expansão, não sendo de admirar que o cristianismo aí tenha buscado influências. Mas os cristãos hão-de ir mais longe e transformar a temperança estóica num repúdio da sexualidade; tornada, a partir daí, odiosa e abominável.

A implantação do mito da virgindade de Maria num sistema doutrinário desta natureza, claramente avesso às mulheres (consideradas estas como símbolo da fraqueza e da tentação mais ou menos diabólica), subalternas ao homem de cuja costela foram formadas (logo subsidiárias do masculino e geradas de uma parte não nobre do mesmo) irá, naturalmente, desencadear um conjunto de ideias adequadoras e reformuladoras das predisposições, mais ou menos conflituosas, em presença.

Em vez de corresponderem (como acontecia na tradição mediterrânea) a personagens canalizadoras das energias criadoras e sexuais remanescentes para objetivos operativamente específicos e divinatoriamente relevantes, esta vai fornecer um oportuno pretexto para reforçar a valorização das ações da abstinência e contenção sexual como um fim em si mesmas, servindo, desse modo, para ajudar a estigmatizar a, já estigmatizada, natureza feminina.

O “Evangelho Apócrifo de Tiago” afirma textualmente: “*bendito o ventre que nunca concebeu (...) benditos os peitos que nunca amamentaram*”. Orígenes (entre outros) vai mais longe e, ...castrar-se-á a si próprio!

A relação sexual passa, então, a ser vista como um mal; mesmo que um mal necessário à procriação. Daí resultará, principalmente nos séculos IV e V, a promoção das teorias radicais da perpétua castidade, não só entre os sacerdotes como também entre os cristãos em geral.

Poder-se-á dizer, assim, que a apologia da virgindade e da negação da carne marcam os primeiros séculos do cristianismo. Foi no Concílio de Elvira, em 300 que, pela primeira vez, se decretou a obrigatoriedade da abstinência clerical. Em rigor, esta exigência não excluía, ainda, o matrimónio e a ordenação eclesiástica não excluía, ainda, os casados²². Mas as prescrições, rapidamente, adquirirão contornos mais radicais.

Gregório de Nisse, por exemplo, valoriza as virgens, que pretende até divinizar em conjunto, mas não manifesta grande apreço pelas mães. Ambrósio, chegará mesmo a afirmar “*felizes são as estéreis!*”

Já Jerónimo relaciona-a com Eva; virgem até à “queda”. Para isso recomenda, a propósito, à sua discípula Eustóquia:

“Êve au paradis était vierge; après les tuniques de peau commença le mariage. Ton pays c’est le Paradis Garde-toi telle que tu est née (...) sache que la virginité c’est l’état de nature...²³».

Desenvolver-se-á, assim, uma ligação causal, desenvolvida depois por Santo Agostinho e partilhada por João Crisóstomo, entre o pecado original e a união sexual.

A noção de corrupção original, transmitida e multiplicada pela procriação, é algo que transparece diretamente de muitos gnósticos, nos primeiros séculos da era cristã.

Tal relação faz, deste modo, decorrer a propagação do pecado original da relação sexual, por contraponto à excecionalidade da situação de Cristo; consequência da sua virginal concepção. Ou, para utilizarmos as palavras “inspiradas” de Santo Agostinho: “*Deus fez-se carne na virgindade de Maria, para que a carne do Homem, pela virgindade, se fizesse Deus²⁴*”.

Aliás, São Jerónimo (que considera que a gravidez dá a mulher um “*aspecto repugnante*”), contesta o casamento utilizando um curioso argumento:

“aquele que casa é apanhado entre dois fogos: se desposou uma mulher desagradável, não pode suportá-la. Se é amorosa, o amor dela é comparável ao incêndio, à terra ressequida, ao inferno²⁵!”

O casamento torna-se, assim, uma mera necessidade; um mal menor para legitimar e controlar a forte concupiscência.

E a desvalorização da mulher e da maternidade irão continuar, principalmente, até ao século VII. Basílio, Jerónimo e Gregório de Nisse (séculos IV e V) acham, inclusive, que o mundo está cheio! Em fins de quinhentos, Gregório “O Grande” (540-604) defenderá ainda, veementemente, a negação da comunhão às mulheres parturientes.

E será, afinal, a perceção implícita da senso comum demográfico que irá, posterior e gradualmente, atenuando tais pressupostos radicais, conduzindo a concepções em que a vivência conjugal há-de ser encarada como um mal menor e o ideal associado ao casal modelo, aquele cujas relações sexuais se limitem, estritamente, a assegurar a procriação. Poder-se-á dizer, de alguma forma, que o ideal (utópico, com certeza) será neste caso a “sagrada família”: mãe e pai abstendo-se de relações sexuais, filho nascendo sem qualquer recurso a elas.

Com o tempo, o casamento há-de, apesar de tudo, ver melhorada a sua imagem, acompanhando uma melhoria visível no estatuto da mulher que, a partir dos séculos XII/XIII, vai deixando, gradualmente, de ser desprezada. Torna-se um sacramento e exorta-se o povo a efetuá-lo (até para obstar males maiores) enquanto se reserva aos sacerdotes o ideal de virgindade.

Através de Maria (e apesar desta constituir um modelo inimitável) a mulher chegará até a ser venerada, potenciando ainda mais a ambivalência doutrinária. A crescente valorização mariana, irá plasmar, por arrastamento, a mulher e a maternidade.

Não, contudo, a mulher enquanto humana, impregnada naturalmente de desejos e inclinações nem sempre controláveis mas, sim, a mulher ideal do cristianismo; ou, se quisermos a mulher ideal possível: virgem ou pelo menos pouco propensa a relações carnis, disposta a todos os sacrifícios por filhos e maridos.

Não tendo conseguido ser virgem, ser mãe constitui assim, de certa maneira, uma opção compensatória. Devendo no entanto, como que em ato de remissão ser, obrigatória e modelarmente, boa mãe e boa esposa, fiel e submissa.

Afinal, nenhuma santa foi alguma vez canonizada enquanto mãe ou esposa, por muito boa que fosse. Mas, isso sim, apesar de ter sido esposa e mãe²⁶!

Em síntese, se a popularidade de Maria entre as populações rurais europeias resulta da sua natureza de mãe, apesar de virgem, a promoção de Maria na cristandade, resulta, de ser virgem, apesar de mãe. Mais precisamente, de ser virgem-mãe: de não necessitar de escabrosos contactos carnis para gerar filhos, de ser um modelo de contenção e de ter sido capaz de se manter perpétua e imaculadamente incólume.

É assim, de alguma forma, um modelo de pureza. Só que inalcançável!

Todavia, até por definição, os modelos divinos são naturalmente inalcançáveis, revestidos que estão da perfeição dos primórdios que os separa do comum dos mortais. Imitados, nunca alcançados!

Aliás, a visão teológica da maternidade de Maria surge-nos ainda hoje, nos meios clericais, como algo de virtual, etéreo mesmo, em que os próprios indícios de gravidez como o crescer da barriga hão-de ser vistos como representações inadequadas e, as inúmeras virgens grávidas que por aí pululam, marianas ou não (muitas delas herdeiras de divindades anteriores, muito grávidas e pouco virgens) irão ser piedosamente tapadas por oportunos e recatados mantos.

De Mãe de Jesus, dito “o Cristo”

Nos primórdios do cristianismo (no primeiro e segundo séculos, entenda-se), a própria Maria será vista, afinal, como a mais ou menos irrelevante mãe de Jesus. De um Jesus cuja natureza divina era, à altura, objeto de profundas e aceras discussões entre os assim chamados “padres da Igreja” e, apenas se impôs e, mesmo assim não definitivamente, no Concílio de Niceia, em 325.

Tal como afirma Husain “*a actual veneração em massa da Virgem Maria (...) não se justifica pela Bíblia, que a relega para a posição subsidiária de recipiente que conteve o salvador*”. E explicita; “*a narrativa bíblica {depois do nascimento do menino} ignora-a, excepto em encontros breves com o filho e, numa aparição final, no momento da crucifixação*¹⁵”.

Makarian é, ainda, mais assertivo: “*é o destino messiânico de Jesus que determina exactamente o lugar e a personalidade de sua mãe. Em si mesma, Maria não tem existência histórica*¹⁶”.

Será, deste modo, vista como uma simples barriga de aluguer; recetáculo de uma semente divina supostamente incólume e, apesar de encarnada, não necessariamente impregnada da natureza humana com que uma mãe seria, suposto, contribuir.

Influenciado pela misógina tradição judaica, o cristianismo dos primeiros tempos há-de ser, exclusivamente, uma religião de homens.

Para os Judeus o seu Deus é uma entidade nacional, criador, onnipotente, exclusivista na obediência exigida. Á semelhança dos deuses que surgem no leste do Mediterrâneo, Deuses étnicos próprios de povos nómadas, pastores, artesãos e mercadores, emanações que são de sociedades essencialmente patriarcais.

O cristianismo (como o judaísmo e o islamismo), possui apenas um Deus: um Deus estereotipadamente masculino, dir-se-á. Para os cristãos a masculinidade é, aliás, enfatizada pela própria paternidade de Jesus: *“Jesus, Filho de Deus, tornou-se Homem, para que os Homens pudessem tornar-se filhos de Deus”*⁴²

Aí, a mulher é a vilã, que trai e arrasta o homem num intemporal processo de desobediência, justificando assim todo um interminável percurso de estigmatização e sujeição, na família e na sociedade. É Eva. É Pandora.

O nascimento de Jesus constitui, nos primeiros tempos do cristianismo, apenas um artifício de consubstanciação, necessário à partilha da dor e da angústia que o martírio redentor (desiderato último) há-de exigir. Na verdade, para muitos dos assim chamados “doutores da Igreja”, como Santo Agostinho, *“o seu verdadeiro nascimento é {mesmo} a epifania”*.

Maria não é ainda uma virgem e, enquanto mulher que dá há luz Jesus, a sua escolha deve ser vista como recompensa suficiente. Entenda-se, ser vista como um privilégio considerável, bem cima, afinal, da sua prosaica e, mais ou menos insignificante, existência.

Entre as diversas seitas heréticas, o estatuto de Maria não será muito melhor. Para os gnósticos, como Valentino,

*“Cristo passou através de Maria, como a água através de um canal. O seu corpo era composto daquela substância intermédia, a psique, que participa do divino e do humano”*¹⁷.

O corpo de Cristo é, assim, visto de alguma maneira como manifestamente espiritual; pois a conceção virginal terá constado apenas da receção da “pneuma”, que não é material.

Deste modo, o seu filho não irá ser (ao contrário dos filhos dos deuses helénicos), um semideus. Será, sim, em absoluto, uma divindade: avatar de uma trindade mística; entidade intrinsecamente divina cuja encarnação exige, apenas, um invólucro corporal.

Os gnósticos pregarão, assim, a abstinência das núpcias e, ainda, de alguns alimentos encarados como estímulo à materialidade, como a carne e o vinho. Atitude que já Marcião tinha adotado.

Não obstante, mesmo estes (pese embora a imaterialidade que advogam da conceção), geraram, nalgumas regiões do mediterrâneo (como a Palestina) cultos femininos de

carácter astral, a exemplo do de Helena que, segundo Justino, teria encarnado numa cortesã de Tiro e sido, inclusive, identificada com a mãe-criadora.

Deste modo, não obstante um ambiente manifestamente hostil, as conexões matriciais não desaparecerão de todo. Abrir-se-á assim, de alguma forma, o caminho ao posterior culto de Maria, que teve, não o esqueçamos, as suas primeiras manifestações nas regiões costeiras da Ásia Menor.

Aliás, um inesperado acontecimento, à primeira vista pouco relevante, irá induzir alterações nessa hostilidade mais ou menos explícita. Em data não susceptível de ser precisada, um ignoto monge copista face a um possível equívoco de tradução, descobrirá, nas inúmeras descrições míticas de vida de Jesus, a natureza virginal do seu nascimento; elevado assim a maravilhoso prodígio.

Na verdade, em hebraico, existem dois termos para referenciar uma virgem: “bethulah”, que significa mulher que nunca teve experiência sexual e, “almah”; mulher que nunca tenha concebido; se quisermos, mulher de ventre virgem. A tradução para o grego, na primeira metade do século III (eventualmente ligado ao processo tradutório da “bíblia dos setenta”) terá levado à síntese semântica dos dois termos sob a forma única de “parthenos”.

E, aí, se iniciará um processo milenar de valorização que ainda não terminou.

Apesar da sua transformação em “Virgem” (bem diferente das deusas-mães ancestrais que nas vénus pré-históricas encontram uma matriz europeia primeva) Maria haverá, com o tempo, de integrar e absorver as valências fertilizantes que continuavam a impregnar fortemente as populações rurais mediterrâneas.

Na verdade, a universalidade da religião cristã, condição de supremacia num mundo mediterrâneo que pela primeira vez se universaliza, compatibilizou, como reconhece Barahona Simões,

“dentro das suas comunidades, membros de diversíssimas origens locais e culturais. Mas, por isso mesmo, tornou a instituição eclesiástica muito permeável aos valores da sociedade em que se difundiu”¹⁸.

Isto, aliado às diversas conceções teológicas resultantes de diferentes interpretações de uma tradição oral e escrita, igualmente multifacetada, foi gerando diversificadas formas doutrinárias em que as influências filosóficas e culturais apenas no Concílio de Niceia começaram a ser uniformizadas e, cuja homogeneização, em rigor, nunca terminará.

Aliás, ainda em finais do século XI, Santo Anselmo de Cantuária refere-se a Maria como uma deusa da natureza:

“através de ti os elementos renovam-se, os demónios são arrasados, os homens salvos e, até os anjos caídos regressam ao seu lugar. Ó mulher tão cheia e transbordante de graça, a abundância irrompe de ti para que todas as criaturas se reverdeçam”¹⁹.

Virgindade vista portanto, popularmente, como potencial de fertilidade! Fertilidade sublimada, mas fertilidade!

Com o tempo, transformar-se-á numa divindade dos campos e das searas, atributos que partilhará com diversas santas mas que, recentemente há-de, cada vez mais, reivindicar.

Purificadora, fertilizadora, irradicadora de pestes e infestações, curadora e catalisadora da vida; a mesma há-de desenvolver um abrangente complexo de tutorizações ligado ao ciclo vital: seu início, desenvolvimento e maturação. A ela hoje, como ontem às suas ancestrais, são consagrados olivais, hortas ou searas, bosques e baldios.

E se, então, a novel devoção dos cristãos dos primeiros séculos à virgindade de Maria há-de ser interpretada como elemento prestigiante de abstinência sexual e de celibato, dir-se-á que com o tempo, a mesma se transformará, por força de residuais culturais e cultuais (persistentes no imaginário popular como que numa consciência coletiva) num potencial operativo de fertilidade.

Tornada elemento devocional determinante do panteão cristão (e apesar de, não obstante, continuarem a ser negadas às mulheres os pressupostos mais básicos da intermediação sacerdotal), Maria tornar-se-á, cada vez mais, uma personificação das antigas divindades da natureza.

De Virgem-Mãe à Imaculada

A crença na virgindade de Maria irá tirar a mesma do esquecimento a que os evangelistas a tinham votado. Afinal, uma coisa é ser um recetáculo da semente divina, outra, muito diferente, é ser uma mãe-virgem; na qual o processo de fecundação se processou de forma prodigiosamente incorpórea.

Em rigor, tanto num caso como outro, a conceção divina é naturalmente, em si mesma, um prodígio. Mas realizar o mesmo sem o contributo do ato sexual (ao contrário do que era usual, por exemplo, na mitologia helénica) confere ao nascituro um carácter de excecionalidade e, à mãe, condição de participante em sobrenatural singularidade.

Deste modo, Maria irá começar por atravessar duas etapas, quase simultâneas, como condições prévias do longo percurso de divinização:

- De mãe de Jesus, dito o Cristo, a mãe de Deus: consagrada no Concílio de Éfeso, em 431, com a proclamação de Maria Theotokos.
- De Mãe de Deus, a Virgem-mãe de Deus: consagrada no Concílio da Calcedónia, em 451, com a proclamação de Maria Aeiparthenos.

A primeira, impor-se-á gradualmente, pese embora a oposição de parte da Igreja Oriental (liderada pelo Patriarca Nestório de Constantinopla), argumentando que Deus não poderia ter mãe tendo, afinal, “*existido por toda a eternidade*”²⁷. A ele se opôs Cirilo, Bispo de Alexandria e Celestino, Bispo de Roma.

A segunda, enquadrada no imaginário mediterrâneo que o cadinho cultural do império potenciara, há-de começar por constituir uma oportuna taumaturgia que validava, inclusive, a deificação de Jesus e só virá a encontrar opositores na virgindade “in partu”, suspeita, por exemplo, aos olhos de Tertuliano.

A todo este tempo está ligado, igualmente, o Dogma da Integridade de Maria: entenda-se, a sua total ausência de pecado, que não só encontrou oposição entre os arianos, mas igualmente em Orígenes, São Basílio, São Gregório de Nazianze e, sobretudo, São João Crisóstomo.

Ultrapassadas tais suspeições, Maria, a sempre virgem, verá os teólogos estender a dimensão da sua virgindade até ao inverosímil. Já no século II, o apócrifo Proto-Evangelho de Tiago²⁸ (que descreve pormenorizadamente a vida de Maria; conceção e

nascimento, virgindade e reações de José) diz que Maria permanece virgem mesmo depois do nascimento de Jesus, o que Jerónimo, mais tarde, há-de confirmar. O mesmo acredita Clemente de Alexandria (séc. III), Ambrósio (séc. IV), Agostinho (séc. V) e Gregório O Grande, no século VII.

Em 880, Hincmar de Reims, dispondo não se sabe bem de que dados, fornece até detalhes anatómicos: “*Maria teria dado à luz com a vulva e útero fechados*²⁹”.

Porque, afinal, não só a semente divina entrou sem romper o hímen (alguns teólogos defenderam, até, a penetração auricular) como a saída da criança se processou sem que, igualmente, tal tivesse acontecido o que, convenhamos, é ainda mais difícil.

Aliás, acabam por ser alguns dos apócrifos quem, mais pormenorizadamente, se debruça sobre a vida de Maria e, igualmente, sobre a infância de Jesus. São, de uma maneira geral, mais tardios: numa altura em que o mito da conceção virginal de Maria estava já estabelecido.

É, por um lado, o caso do Evangelho do Pseudo-Tomé que descreve, essencialmente, a infância (algo turbulenta) de Jesus e, também, a História de José O Carpinteiro; apresentada, esta, como um relato do próprio Jesus. Qualquer deles, remontando, ao que parece, ao século IV.

É, igualmente, a Exegese da Alma do Códex II de Nag-Hammadi, que se inspira, claramente, no mito gnóstico de Sophia. É ainda o caso do, assim chamado, Evangelho de Pseudo-Mateus (já do século VI, mas inspirado, no atrás citado, Proto-Evangelho de Tiago) que virá a estar na base doutrinária de diversas festas litúrgicas: a Celebração de Ana e Joaquim, a Natividade de Maria, a Apresentação da Virgem, etc.,

Não admira, assim, que o culto, mesmo que oficioso, se vá desenvolvendo e que as primeiras imagens conhecidas da Virgem remontem já ao século V (pelo menos, segundo a lenda) quando a imperatriz Eudócia se apodera da mortalha de Maria e, em 438, envia à irmã o retrato da mesma, supostamente pintado por São Lucas³⁰.

Na verdade, o século V, pulula de acesas controvérsias mariológicas, intervaladas por corretivos concílios como o de Éfeso, ou o da Calcedónia, em 451. Bonoso, bispo de Cápua e Joviniano, por exemplo, hão-de ser considerados heréticos. Pelágio e Nestório, condenados e exilados.

E, embora apenas em 1123, no 1º Concílio de Latrão, o Dogma da Perpétua Virgindade de Maria marque a etapa determinante seguinte o culto há-de entretanto evoluir e intensificar-se, passando por ações indiretamente relacionadas como a introdução da celebração canónica do Natal de Cristo (já no século IV\V), das já referidas Festas da Natividade de Nossa Senhora (também chamadas Festas da Conceção de Santa Ana) em Bizâncio, no século VII e, ainda, com a instituição do Culto Obrigatório de Maria pelo Imperador Constantino, dito “O Iconoclasta”, em 754.

É que o Dogma da Perpétua Virgindade corresponde, na teologia cristã, à remissão do pecado original. Pecado pelo qual todos os homens e mulheres passaram (a partir daí) a sentir desejo sexual ao procriarem os filhos, multiplicando assim eternamente o pecado e diabolizando, deste modo, o simples desejo ou atração sexual.

Mas, agora, Jesus fora criado sem relação carnal; logo isento do pecado. E o primitivo estado de “graça original” podia, de certa forma, ser recuperado.

Em termos operativos, este surge, deste modo, como um desenvolvimento posterior da partenogénese de Jesus: Maria não só era virgem quando recebeu a semente divina, como virgem continuou (inclusive depois de dado à luz o filho) mas, mais ainda, nunca conheceu homem (nem mesmo o marido com quem, é suposto, ter vivido maritalmente), o que implicava ter-se mantido casta até morrer e, naturalmente, nunca ter tido qualquer outro filho, o que colide, por exemplo, com os numerosos “irmãos de Jesus” de que nos falam evangelhos canónicos e apócrifos.

Aliás, esta problemática dos “irmãos do Senhor” tem feito correr muita tinta, defendendo os teólogos cristãos que se tratam não de irmãos mas de meios-irmãos e, especialmente, de primos e, argumentando com o facto de, em aramaico, o mesmo termo compreender os dois significados. Orígenes no século III e Epifânio no século IV, defenderão, acaloradamente, esta ideia. Epifânio, no seu diligente zelo, descobre até uma segunda Maria, irmã da Virgem, casada com um tal Cleófas, irmão de José, pais convenientes e oportunos, dos, inconvenientes e inoportunos, “irmãos do Senhor”. Contudo, considera-se hoje, como ponto mais ou menos assente, que os evangelhos canónicos (pelo menos na sua maioria) não foram escritos em aramaico, mas sim em grego: a língua culta da época, usada, quase exclusivamente, pelas seitas cristãs dos primeiros tempos. Se assim for, tal hipótese de confusão torna-se impossível, já que, em grego, os termos que significam primos e irmãos uterinos são, na verdade, perfeitamente distintos.

Seja como for, a partir do Concílio de Latrão, o culto vai disparar e a divinização de Maria há-de tornar-se imparável. A cor azul (supostamente usada pela Virgem na sua vida terrena) surge, nesta altura, como oficial nas suas imagens³¹.

Cronologia Mariana

- 431 – Concílio de Éfeso + Proclamação de Maria Theotokos (Maria Mãe de Deus).
- 451 – Concílio de Calcedónia + Proclamação de Maria Aeiparthenos (sempre virgem).
- 690 – Introdução em Bizâncio das Festas da Natividade.
- 754 - Constantino “O Iconoclasta”, instituiu o culto obrigatório de Maria
- 1123 – Concílio de Latrão + Proclamação da Perpétua Virgindade de Maria.
- 1160 – Introdução, em Roma, das Festas da Anunciação.
- 1638 – Introdução da Avé-Maria no Breviário.
- 1858 – Proclamação do Dogma da Imaculada Conceição, por Pio IX.
- 1945 – Ano Mariano.
- 1950 – Proclamação do Dogma da Assunção e institucionalização dos anos marianos, por Pio IX.
- 1954 - Proclamação da Soberania de Maria.
- 1963 – Proclamação de Maria: Artesã da Unidade.
- 1964 – Proclamação de Maria: Mãe da Igreja.
- 1970 – No Concílio Vaticano II, Paulo VI, legitima o culto de Maria.
- 1974 – Encíclica de Paulo VI; colocando o seu pontificado sob a custódia de Maria.
- 1987 – Encíclica de João Paulo II (Mãe do Redentor)

Do século XII ao XIX, o processo sofrerá como que uma suspensão oficiosa, sem que, contudo, a prática cultural e a divinização popular em curso se deixe de incrementar, atravessando naturalmente, fases maiores, ou menores, de resistência.

No século XVI, por exemplo, os reformadores cristãos irão criticar “*o poder de intercessão de Maria, faculdade reconhecida apenas a Cristo e assumirão uma posição iconoclasta, promovendo a destruição das imagens*”³².

Ultrapassada a agitação reformista, Maria será, em 1854, considerada como não partilhando da maldição das filhas de Eva: entenda-se como tendo nascido sem o pecado original³³. A sua conceção (conceição) não teria sido, nunca, maculada pelo pecado: Imaculada Conceição.

E porque se chega, afinal, a essa conclusão?

Porque no desenvolvimento da problemática da virgindade se veio a considerar que também ela nascera de uma conceção prodigiosa em que os pais (Ana e Joaquim) não tinham mantido qualquer relação carnal³⁴.

Aliás, a primeira sugestão conhecida de tal, encontra-se talvez no, já referido, Evangelho de Tiago uma obra apócrifa do século II, onde se afirma entre outras coisas que ela era “*uma criança milagrosa, filha de Ana e Joaquim e nascida já na velhice de ambos*”³⁵.

Muito tempo há-de decorrer até tal se consubstanciar no Dogma da Imaculada Conceição. Foram dezassete séculos em que a ideia (não sem resistências) foi germinando e o conceito inicial da virgindade de Maria (também ele uma fonte de conceção imaculada) foi evoluindo, tornando-se de pontual em perpétuo e alargando à vivência adulta de Jesus os seus contornos virginais.

Aliás, ainda no século XII São Bernardo proclamava alto e bom som a sua veemente oposição contra tal, argumentando que o “*rito da Igreja o desconhecia, a razão o não aprovava e a antiga tradição o não recomendava*”. E diz mais: “*A Virgem Rainha não necessita dessa falsa honra, cheia que está de sólidos títulos de honras e dignidades. Isto não é honrar a Virgem mas desonrá-la*”³⁶.

Mas a clarividência de São Bernardo não lhe há-de sobreviver muito tempo e, a partir do século XIV, o processo, agora liberto de opositores, vai evoluir com maior rapidez. Na primeira metade do século XV o Concílio de Trento vai consagrá-lo e considerar herege quem o conteste.

Maria nascerá, assim, sem recorrência à relação pecaminosa do contacto carnal, embora se não sabendo bem em que moldes se terá efetuado esta outra conceção virginal acontecida, segundo a tradição, no momento em que Joaquim, já idoso, oscula a sua esposa Ana, no regresso a casa, após ter recebido de Deus a graça da paternidade.

Nasce sem a mácula primeva (da qual, entre outras coisas, decorre a concupiscência) fatalidade que envolve a humanidade e, de alguma maneira, nos caracteriza enquanto tal. Adquire, portanto, atributos extra-humanos ou, se quisermos, sobre-humanos. Em suma, contornos de divindade.

Não obstante, pode dizer-se que a não existência de testemunhos canónicos que justifiquem, de algum modo, a atribuição a Maria da natureza de virgem sem pecado, levou a que a Igreja, durante vários séculos, não sancionasse tal atributo. Por isso só a integrou no cânone em meados do século XIX e só aceitou a Assunção cem anos

depois. Ambas as decisões, aliás, baseadas no reconhecimento, pelos papas, da paixão dominadora expressa pelos católicos em relação à Virgem Maria³⁷.

Afinal, o facto da matéria de fé se fixar (muitas vezes) primeiro no culto e, só depois, ser objeto de elaboração doutrinária é, de alguma forma, típico do natural processo de alienação que opera no interior das organizações religiosas.

Mas será já em meados do século XX que o processo se irá, oficialmente, incrementar. Em 1945 é proclamado o Ano Mariano que, em 1950, passa a ser institucionalizado, ao mesmo tempo que é proclamado o Dogma da Assunção de Maria; entenda-se ter subido ao céu em vida. Torna-se assim imortal. Assume a última valência que caracteriza as divindades: a imortalidade!

Esta última crença foi, aliás, facilitada por, também acerca da sua morte, nada ser dito nos evangelhos. Não existem relatos, nem da sua morte, nem do seu sepultamento, nem sequer registos da localização do seu túmulo, o que permitiu, naturalmente, todas as suposições.

E aquilo que começou por corresponder a um mero alheamento dos evangelistas face à insignificância da personagem³⁸ irá, paradoxalmente, servir para criar as condições necessárias à consolidação do Dogma da Assunção.

De facto, Maria não podia morrer se queria atingir o estatuto de divindade. Afinal, os deuses não morrem e, quando morrem... ressuscitam!

À medida que a Assunção se tornava aceite (e isto, ainda, durante o primeiro milénio) a identidade divina era gradualmente confirmada e tal como Ishtar ou Ísis, passa a ser chamada, “Estrela-do-mar”, “Rainha do Céu” e, principalmente, “Mãe de Deus”.

Em 1954 é, por seu turno, proclamada a “Soberania de Maria” que, no Concílio Vaticano II, Paulo VI há-de legitimar e, durante todo o seu pontificado, favorecer especialmente. Aliás, em 1974, há-de colocar o mesmo, precisamente, sobre a Custódia de Maria. Antes disso, em 1963, Maria tinha sido já proclamada “Artesã da Unidade” e, um ano depois, “Mãe da Igreja”. Mais tarde, em 1987, João Paulo II irá conferir-lhe o título de “Mãe do Redentor”.

E embora a Deus seja devido “latria” (adoração) e a Maria “hyperdulia” (uma forma superior de veneração que é atributo direto dos santos), na prática esta tornar-se-á a divindade maior do panteão cristão, cuja importância cultural transcende, em muito, o próprio Deus, em qualquer das suas valências.

A improvável deificação

A crescente afirmação de uma divindade feminina numa organização teológica herdeira de uma matriz fortemente patriarcal surge-nos, à primeira vista, como algo insólito e inaudito.

Quais as razões que levaram, afinal, à ascensão da pseudoprogenitora do Filho de Deus ao elevado estatuto de mãe sublime do Deus-Filho?

Qual a lógica da transformação da antiga trindade familiar (por um lado substituída por uma mística Santíssima Trindade em que a figura feminina foi espiritualizada e assexuada³⁹), por outro, convertida numa díade mãe-filho (tão comum no Mediterrâneo) em que o pai se tornou um simples tutor e passou a enfileirar, sem grande relevo, no panteão, quase infinito, de santos?

Para Husain, a relação Maria\Jesus revela precisamente uma forte influência da antiga díade mãe-filho tão divulgada nos, agora chamados, primeiros séculos da Era cristã. Para este investigador, os inúmeros cânticos, preces ou imagens, que celebram a sua maternidade, revelam isso mesmo, adiantando que *“as narrativas bíblicas, só por si, não poderão ter inspirado um amor popular que atingisse a deificação”*.

E conclui: *“é muito mais provável que a deusa mãe (fundamental no culto celta e mediterrâneo) tenha perpassado a nova teologia e perpetuado a sua antiga tradição⁴⁰”*.

Vista hoje, em termos retrospectivos, esta parece (sejam quais forem, em rigor, as contingências do processo) uma tese perfeitamente plausível. Resta, contudo, tentar perceber, as linhas mestras com que isto se processou!

Em primeiro lugar é preciso realçar a importância teo-filosófica da relação atrás formulada: uma díade mãe-filho, com variantes mãe-amante, que com o esposo ou filho se fundiam, muitas vezes, em simbiose.

Importante entre os mesopotâmicos, os egípcios, os gregos (com os seus equivalentes latinos), os frígios, os fenícios ou os sírios, tal constituía um dos paradigmas arcanos determinantes no início do 1º milénio.

A isto devemos aditar a importância das divindades femininas, principalmente ligadas à terra e à fertilidade, um pouco por todo o território que mais tarde se veio a chamar Europa, bem como no norte de África e no Próximo Oriente.

“Religião essencialmente urbana, o cristianismo dificilmente atingiria, pelo menos com esse carácter de eficácia aculturativa, as zonas mais ruralizadas do norte⁴¹”, argumenta a propósito Barahona Simões, referindo-se à Ibéria, análise que, contudo, podemos perfeitamente alargar a muitas outras áreas da Europa. Deste modo, os cultos ancestrais nunca desaparecerão por completo, sobrevivendo (residual e sincreticamente), com mais ou menos intensidade, um pouco por todo o lado.

Cultos esses dotados de panteões mitológicos, resultantes (em grande parte), da síntese mais ou menos fecunda entre as valências indígenas marcadamente cósmicas e telúricas e as divindades greco-latinas (ou, outras, entretanto latinizadas) que a romanização tinha induzido.

Aí, aparelhadas em maior ou menor equivalência com os deuses masculinos, avultavam versões mais ou menos modernizadas de divindades femininas, iberas, germanas e principalmente celtas, com entidades mais fortemente helenizadas como Cibele ou Deméter ou Prosérpina e outras, ainda, de proveniência oriental como Astarte ou Ísis.

Esta última, por exemplo, veio a possuir uma grande importância no Império Romano, tendo persistido muitos anos após o início da dominação cristã. O seu culto iniciático foi extremamente popular entre as mulheres, principalmente na Igreja Oriental, mas, igualmente, na Igreja de Roma.

Assim, não é de admirar, que a imposição masculinizante do cristianismo tenha sido feita com resistências diversas; ativas e passivas, imediatas e desfasadas.

Afinal, ao contrário do judaísmo (e, em parte, do islamismo) o cristianismo irá impregnar sistemas culturais, religiosos e filosóficos muito diversificados e muito diferentes das matrizes ideológicas donde emanara.

As populações euro-mediterrâneas cristianizadas depararão, assim, com aquilo que, aos seus olhos, se traduzirá numa excessiva importância conferida às divindades masculinas

e à ausência de referenciais culturais femininos, que durante milênios as tinham enquadrado. Arredados, olvidados e, frequentemente, estigmatizados.

A reação a tais lacunas parece ter oscilado entre um apego aos anteriores cultos ditos pagãos (ora diabolizados) e uma identificação progressiva das anteriores divindades com as escassas santas cristãs, impregnando os seus rituais de valências telúricas fertilizantes e fecundantes. Não admira assim, que, com o tempo, Maria, a Mãe de Deus, apesar de virgem, tenha vindo, naturalmente, a desempenhar um papel cada vez mais importante.

“Privados da Deusa, os fiéis encontram-na nos traços da Virgem Maria que, na realidade, é uma personagem inteiramente dessexualizada mas cujo aspecto maternal é preponderante e, (...) tem algo de tranquilizador⁴³”.

E, apesar da escassa sustentação do Novo Testamento, o culto de Maria (entretanto revalorizado pela crença na Perpétua Virgindade e Conceção Imaculada) há-de incrementar-se cada vez mais (e, tal como tinha acontecido mais de um milénio antes) impor, à própria Igreja, a força do apego popular à cultualidade feminina.

Deste modo, a ascensão gradual do culto mariano virá a preencher uma evidente necessidade entre as massas cristãs, sobretudo entre as populações rurais e menos instruídas.

Como diz Drury, virá a *“preencher um abismo entre os sentimentos populares e a teoria intelectual⁴⁴”*. Um abismo feito de lacunas; de referências míticas e culturais proibidas e nunca cabalmente substituídas. De simbologias, muitas vezes ritualísticas, durante séculos inadequadamente representadas.

Constitui assim, o culto de Maria, uma revivência, pelo menos funcional, das antigas divindades femininas ligadas à terra e à fertilidade. Um regresso, se quisermos, da antiga “Deusa-mãe”, avatar da terra, que, nas suas múltiplas valências, o cristianismo tinha irradiado. Cujas valências, sobrevivendo no imaginário popular rural europeu, encontram, novamente, cabal interpretação.

Focalizada agora numa entidade que, apesar de virgem, é mãe. Mãe do redentor: logo arquétipo de todas as mães.

Pode assim dizer-se que, mais que suportada em Maria sempre virgem, o culto da Virgem Maria, surge-nos, em termos populares, como assentando na natureza de Maria enquanto mãe e, apesar de Virgem!

Finalmente, assinale-se, como elemento complementar do processo de deificação de Maria, a importância de seitas cristãs como os “montanistas” ou, no mediterrâneo Ocidental, a dos “priscillianistas”.

A primeira, surge na Ásia Menor, no século II, liderada por Montanus antigo sacerdote de Cibele e inspirava-se, precisamente, na identificação de Jesus com o filho daquela (Átis); também ele um deus redentor, morto e ressuscitado⁴⁵.

Na Ibéria e áreas limítrofes, destaca-se, contudo, a influência exercida pelo “priscilianismo”. Teólogo que viveu em pleno século IV, tradicionalmente considerado como originário da Galiza, Prisciliano⁴⁶ irá desenvolver uma interpretação dos escritos sagrados (tanto canónicos como apócrifos) que, de alguma maneira, contribuirá para

conferir especiais particularidades ao cristianismo ibérico, principalmente na sua área noroeste que, na Gallécia e na Lusitânia, tinha as suas regiões de referência⁴⁷.

Ora, a participação de mulheres, ao que parece em pé de igualdade com os homens, constituiu um dos traços característicos da teologia priscilianista⁴⁸. Prisciliano considerava, por exemplo, perfeitamente legítimo que as mulheres participassem nas assembleias cristãs, fosse para apreender, fosse para ensinar as escrituras. Baseando-se na descrição bíblica *”Deus criou o Homem à sua imagem (...) homem e mulher, ele o criou”*, considerava a Mulher uma criatura divina em tudo semelhante ao Homem e feita (igualmente) à semelhança de Deus, posição que o afastou de muitos dos seus pares nesses tempos de consolidação doutrinária⁴⁹. E apesar de tais ideias terem sido, inclusive, condenadas como heréticas no Concílio de Saragoça, em 379, a sua influência manter-se-á nos séculos seguintes e perdurará no tempo, por tempo indeterminado.

Também a anterior influência celta no território que é hoje Portugal é apontada por alguns autores como um fator causal a ter em conta numa alegada (e, dir-se-ia, singular) saliência do papel religioso e, principalmente mágico e profético, da mulher nesta zona da Ibéria:

“Tudo (...) nos conduzirá à mesma certeza, a da importância do papel desempenhado pela mulher nas atribuições religiosas destes territórios extremos do atlântico europeu de tradição celta”⁵⁰.

Não admira, assim, que se acredite que o nosso país atribui uma importância especial à figura panteísta da “Mãe”. Uma espécie de desígnio mítico intemporal que, de alguma forma, nos envolveria desde o começo da nacionalidade, nos protegeria e explicaria, de algum modo, as ações e acontecimentos determinantes do nosso percurso histórico.

Que assentaria numa missão mais ou menos messiânica e interminável, catalisando assim uma linha de continuidade que remontaria, aos primórdios da nacionalidade e a uma antecedente (e universal) religião pagã, marcada pelo culto da “Deusa-mãe”.

E se a popularidade de Maria, entre as massas populares, resultará (como dissemos) de ser vista como mãe, apesar de virgem, a promoção de Maria no panteão cristão, resultará da sua natureza de virgem, apesar de mãe.

Notas

3 – Ishtar a quem chamavam “virgem-mãe”, “rainha do céu e da terra” ou, simplesmente, “a virgem”.

4 – Destes, os mais conhecidos, são Cibele-Átis, Ísis-Ossíris, Afrodite-Adónis, Istar-Tammuz e Maria-Jesus.

5 - Embora constitua um fator multivalente, o papel dominante desempenhado pelos deuses masculinos tende a incrementar-se em sociedades em que a pastorícia assume importância económica (logo social), particularmente relevante. Em sintonia, aliás, com o papel dominante desempenhado, aí, pelos homens.

6 – Depreende-se que, também noutros aspetos, a desobediência terá acarretado consigo o discernimento, filho do conhecimento.

7 - Poder-se-á sempre dizer que Adão e Eva partilham, agora, da fatalidade da morte, própria de cada ser humano, situação a que, se não desobedecessem, poderiam eventualmente ter escapado. Contudo, não é dito em lado nenhum que o Homem era imortal (condição, como se sabe, característica dos deuses) e, se não fosse, Deus não o teria com certeza expulsado, com a justificação (de si para si, é claro): *“de que não suceda que ele lance a sua mão e tome, também, da Árvore da Vida, coma e viva eternamente”*: in Bíblia

Sagrada, segundo a Vulgata Latina, edição aprovada em 1842, Departamento das Escrituras Sagradas, Lisboa, 1918.

8 – Deve, contudo, ter-se em conta que a narrativa do Génesis se compõe, ao que tudo indica, de duas histórias diferentes, escritas em altura diferentes e, refletindo, diferentes conceitos filosóficos. Uma delas (Gn, 2,4-4,24) deverá ter sido escrita cerca de novecentos anos A.C. e reflete profundamente o carácter nómada e pastoril dos hebreus, revelando um estatuto fortemente desfavorável à mulher. Aí, Deus faz o homem do pó e o “*Homem torna-se o primeiro ser vivo*”. Mais tarde, cria a mulher a partir de uma costela, para proporcionar, ao homem, “*um companheiro adequado*”. Aproximadamente cinco séculos depois, altura em que os hebreus são já um povo sedentário: ainda pastor mas, igualmente, agricultor, artesão e pescador (em grande parte urbano), surge a outra versão (Gn, 1,1-2,3): “*E Deus criou o Homem à sua imagem e semelhança; à imagem de Deus ele o criou; macho e fêmea os criou*”(Gn, 1,27), claramente mais igualitária.

9 – Artemisa (que, segundo a lenda, foi adorada, em Éfeso, pelas amazonas) para lá de virgem e caçadora era conotada, igualmente, com os amores femininos.

10 – Apocalipse de São João, 14, 1-5.

11 – Citado por Guy Bechtel, op. cit., p. 23.

12 – Santo Agostinho, Confessions, 400, cit. por Guy Bechtel, op. cit., p. 39.

13 – Documents Pontificaux de Sa Sainteté Pie XII, ed. Saint Augustin, Suíça, 1962-63, ano de 1941.

14 - Evangelho de São Lucas, 8, 1-3.

15 - Shahrukh Husain, op. cit., p. 122.

16 - Makarian, op. cit., p. 11.

17 - Ambrósio Donini, op. cit., p. 133.

18 - Margarida Barahona Simões, cit., p. 92. Assim, à medida que a sua penetração evangelizadora ia progredindo, ia assumindo influências das diversas sociedades e integrando ideias que anteriormente lhe eram alheias.

19 - Shahrukh Husain, op. cit, p. 125.

20 - São Paulo, Epístola aos Efésios, V, 22.

21 - São Paulo, Epístola aos Coríntios, XIII, 3-12.

22 - A lei era, aliás, bem mais permissiva para os clérigos das ordens menores.

23 - Margarida Barahona Simões, op, cit. p.106.

24 - Margarida Barahona Simões, p, 116.

25 - Jerónimo “Magno”, p. 123; citado por Guy Bechtel, op. cit., p. 14.

26 – As santas são quase sempre virgens ou tidas como tal. Não foram casadas ou, se o foram, acredita-se que se comportaram como particular contenção ou abstinência. Um não consumaram o casamento ou o fizeram contra vontade. Outras, esquece-se, simplesmente, o passado matrimonial. Outras, ainda, como Santa Ida de Herzfeld, que teve cinco filhos, acredita-se, apesar disso, que manifestou toda a vida uma “santa frigidez”.

27– Makarian, op. cit., p. 110 e, ainda, Ambrósio Donini, op. cit., pp. 273 e 274.

28– Tiago, este, para alguns, irmão de Jesus. Aqui assumido como meio-irmão.

29 – Shahrukh Husain, op. cit, p. 123.

30 – Isafas Pereira, op, cit., p. 56.

31 – Cor que os romanos desprezavam por considerarem própria dos bárbaros, tendo em conta os olhos azuis de muitos destes e o anil com que, muitos outros, se pintavam.

32 – Aurélio Lopes, Videntes e Confidentes: Um Estudo sobre as Aparições de Fátima, Chamusca: Cosmos, 2005, p. 79

33 – - Por ação de Pio IX, o mesmo papa que, em 1870, sob os auspícios da Virgem, proclamou o Dogma da Imaculada Conceição

34 – Santo Agostinho tinha já, no século IV\V, declarado Maria livre de pecado original embora não tivesse chegado ao ponto de reconhecer que esta tivesse sido concebida sem pecado ou, seja, sem relação sexual.

35 – -Shahrukh Husain, op. cit, p. 123.

36 - Gregório Alastruey, citado por Fina D’Armada, Fátima: O Que se Passou em 1917?, op, cit., p, 139.

- 37 – O dogma da Assunção de Maria apenas foi proclamado, por Pio XII, após uma petição assinada por oito milhões de pessoas.
- 38 – Afinal a mesma surge, quase só, como elemento indispensável aos cenários do nascimento e da morte e, pontualmente, durante os primeiros anos de vida de Jesus onde desempenha, aliás, papéis pouco significativos.
- 39 – Em hebraico a palavra para espírito, “ruach”, é feminina. Essa é, aliás, uma das razões que levaram nos séculos II a IV aos grandes debates acerca da natureza humana ou divina de Jesus.
- 40 – Shahrukh Husain, op. cit., p. 36.
- 41 – Margarida Barahona Simões, op, cit. p. 84.
- 42 – Clare Drury, op.cit, p. 83.
- 43 – Jean Markale, op, cit, p. 227.
- 44 - Clare Drury, op.cit, p. 83.
- 45 - São conhecidas duas sacerdotisas na Frígia (Priscilla e Maximila) e uma outra em Laodiceia. Sabe-se, igualmente, que foi uma mulher que fundou a organização em Cartago.
- 46 – Morre em 385.
- 47 – O priscilianismo acaba, de algum modo, não só por influenciar (num período que abarca os séculos IV a VI) toda a Ibéria, (inclusivamente as províncias terraconesa e da Bética) como, ainda, extravasar pelo menos, tanto quanto de sabe, para o norte de África e para as Baleares.
- 48 – Só assim se explica o destaque alcançado (durante o século IV) por uma teóloga galaica intimamente relacionada com o priscilianismo; situação mais ou menos inaudita nessa época. De seu nome Égira, a mesma empreenderá uma viagem épica à “terra santa”, cujo percurso é, simultaneamente, um percurso de iniciação.
- 49 - Margarida Barahona Simões, op, cit. p.150.
- 50 - Dalila Pereira da Costa, op, cit., p, 212.